

O GENERAL ARAMBURU EM DECLARAÇÕES A RUBEM BRAGA:

Ainda Neste Mês Será Fixada a Data Das Eleições Argentinas

BUENOS AIRES, 1 julho (Por gentileza da Panair do Brasil) — Que fim se deu ao corpo de Eva Perón? Quando haverá eleições? Por que houve aqueles fuzilamentos?

Estas eram algumas das perguntas que tínhamos na cabeça ao entrar na bela e severa sala de despachos da Casa Rosada e, apresentados pelo sr. Adolfo Lanus, antigo redator de «La Prensa» e atual secretário de Imprensa da presidência da República, apertar a mão do general Pedro Eugênio Aramburu. (A palavra é paroxitona).

O presidente provisório da Nação senta-se à cabeceira da mesa, coloca-nos à sua esquerda. À sua direita, em nossa frente, fica o sr. Lanus; à nossa esquerda, três cadeiras à parte, toma lugar silenciosamente outro personagem. Como nos voltamos para êle fazendo menção de cumprimentá-lo, o presidente nos apresenta: é o capitão de fragata Francisco Manrique, chefe de sua Casa Militar.

ELEIÇÕES NUNCA ANTES DE UM ANO

O presidente Aramburu lembra-nos o que tem sido publicado: seu governo consultou os vários partidos políticos sobre a melhor maneira de proceder à reconstitucionalização do país. As opiniões, que estão sendo colhidas e estudadas, divergem.

A maioria dos partidos acredita que primeiro se deve eleger uma Convenção para reformar a Constituição de 1853 (atualmente em vigor) para

depois se proceder à eleição das autoridades executivas e legislativas municipais, provinciais e nacionais. Nenhum partido crê na necessidade de se elaborar uma nova Constituição; trata-se apenas de reformar a vigente. A ala majoritária do Partido Radical, considerado o mais forte da Argentina, discorda dos demais partidos e acha que a elei-

das personalidades consultadas.

— Mas quando se pensa em fazer eleições?

Responde que há um trabalho preliminar, sobre cuja necessidade todos os partidos estão de acôrdo: rever a lista de eleitores, organizada sem fiscalização pelo regime anterior. Esse trabalho deve estar terminado em meados do ano próximo.

— «Então, conforme seja a situação política, chamaremos o povo às eleições. Como eu já disse elas poderão ser para escolher as novas autoridades do país ou os convencionais que vão reformar a Constituição. Ou para ambas as coisas».

— Não haverá nenhum inconveniente em se proceder ao mesmo tempo a êsses dois pleitos?

— «Nenhum».

Esta resposta (que coincide com a opinião do velho líder socialista Alfredo Palacios) deu ao repórter a impressão de que o entrevistado se inclinava por essa solução. Quanto àquela restrição — «conforme seja a situação política» — seu sentido é óbvio. As eleições virão quando o governo achar que a Nação está preparada para isso — nunca um minuto después, pero tampoco un minuto antes — como disse o general em seu discurso de janeiro, em Mendoza. Pergunto quando é que o governo, depois de consultar as forças partidárias, dará a conhecer seu plano de normalização da vida cívica.

— «Antes do fim de julho» — diz êle.

(Conclui na 14ª página)

Entrevista EXCLUSIVA Para o "Diário de Notícias"

ção do novo governo deve preceder à convocação da Constituinte; também acha que essa eleição deve ser feita segundo a lei Saenz Peña, isto é, atribuindo-se ao partido votado em primeiro lugar dois terços dos representantes, e um terço ao votado em segundo lugar, ao passo que os partidos considerados menores são favoráveis à representação proporcional. Êsses radicais chefiados por Arturo Frondizi, são também partidários da eleição direta do presidente e vice-presidente, como no Brasil, e contrários ao atual sistema indireto, semelhante ao norte-americano.

Perguntamos ao general Aramburu pela sua opinião pessoal. Ele diz que naturalmente também tem uma opinião sobre o assunto, mas prefere guardá-la em reserva, mesmo porque não pretende impô-la, mas agir de acôrdo com a opinião dos partidos e

AMANHÃ:
Publicaremos a
entrevista com
Arturo Frondizi

O GENERAL ARAMBURU EM DECLARAÇÕES A RUBEM BRAGA

(Conclusão da 1.ª página)

«NO ME GUSTA LA POLÍTICA»

Quando conversávamos sobre as idéias dos vários partidos, o presidente lembrou que um ponto da reforma constitucional em que muitos dêles, ou todos, coincidem, é a proibição de um mesmo homem poder ser, por duas vezes, presidente da República. Para se reeleger, Perón fez reformar a Constituição nesse ponto. Mas mesmo a antiga Constituição, ora novamente em vigor, permite que um cidadão volte à presidência, exigindo apenas que haja um outro presidente eleito entre seu primeiro e seu segundo mandato.

— «Eles (quando diz «êles») o general se refere aos políticos) entendem que o cidadão que é eleito presidente da República governará melhor se tiver a certeza de que nunca mais voltará a ser presidente. Se pensar em uma nova presidência, ele procurará fazer eleger, para sucedê-lo, um presidente que mais tarde facilite sua volta ao poder. Isso geralmente é uma ilusão, mas nem por isso deixa, ao entender deles, de ser prejudicial. O fato é que os presidentes tomam amor ao cargo»...

Nossa pergunta é direta: — Isso se entende também com o atual presidente?

Sua reação é instantânea e nos parece sincera:

— «Não, de maneira alguma! Estou falando dos políticos. Eu não gosto disto aqui! Eu não gosto de política!»

E, mais reposto da surpresa da pergunta, explica que os homens das forças armadas que estão no poder desejam apenas entregar o país novamente ao domínio da lei, liquidando a nefasta herança do regime depositado.

OS FUZILAMENTOS

Contamos ao nosso entrevistado que o embaixador argentino no Rio estava preocupado com a repercussão que teve no Brasil — como certamente também em outros países — a notícia dos fuzilamentos dos rebeldes de junho.

— «Compreendo. Notícias de fuzilamentos nunca podem ser bem recebidas. Não há quem, em princípio, não seja contra fuzilamentos. E' preciso conhecer, entretanto, as circunstâncias especiais em que se lançou mão desse recurso. Conhecer, por exemplo, os planos dos rebeldes que desejavam restaurar a ditadura».

— Sabemos que o vice-presidente, almirante Rojas, mostrou à imprensa, dois dias depois dos fatos, alguns documentos a esse respeito. O governo, entretanto, não publicou esses documentos.

— «O governo está preparando um livro que contém esses documentos. Sua publicação não deve demorar».

OS INCOMPATIVÉIS

Lembramos de uma pergunta política que havíamos esquecido de fazer. O governo provisório baixou um decreto declarando inelegíveis todos os membros do atual governo, do anterior, do general Lonardi, e praticamente todos os chefes peronistas da última e da primeira hora: senadores, deputados, vereadores, interventores, governadores, ministros e subsecretários de ministros, prefeitos e autoridades do partido peronista até secretário de unidade básica (célula) além de qualquer pessoa condenada por torturas ou negociatas. Só deixam de ser incompatíveis os peronistas da primeira hora que, ainda sob a Ditadura, sofreram prisão por motivo político.

Há quem julgue (a facção majoritária dos radicais, por exemplo, e também os católicos da extrema direita) que essa lei cria um número excessivo de cidadãos incompatíveis com as funções públicas; deveriam ficar inabilitados apenas os que cometeram crimes e por eles foram condenados.

Pedimos a opinião do general Aramburu a respeito, e perguntamos se o assunto era motivo de debate ou de consulta aos partidos políticos.

Responde com firmeza:

— «Não. Esse assunto está re-

solvido pelo decreto-lei a que se refere. Não está em discussão».

O CORPO DE EVA PERÓN

é natural que façamos todos os esforços para produzi-lo em uma proporção cada vez maior em relação ao consumo. Foi graças ao triunfo da Revolução que o nosso petróleo não foi entregue a um «trust» estrangeiro pelo autor do livro a que o senhor se refere».

O repórter: — No mesmo livro diz o general Perón diz que os planos do atual governo são ilusórios. Afirma que...

O repórter volta a procurar suas notas. O sr. Lanus faz-lhe um olhar impaciente, mas o presidente está impassível, e talvez curioso:

— ... «os monopólios ligados às grandes empresas petrolíferas não dão sua maquinaria a quem quer comprá-la, mas a quem elas autorizam, e na medida em que convenha aos seus interesses».

O presidente sorri: — «Posso informar que o governo já recebeu 150 propostas diferentes de venda do maquinário que precisa adquirir para levar adiante seu plano».

CUSTO DE VIDA E POPULARIDADE

O repórter muda de assunto, mas continua impertinente:

— Desde a queda da ditadura, em setembro do ano passado, o custo de vida na Argentina subiu bastante. Isso é atribuído à reforma cambial e à política de austeridade adotada pelo governo para combater a inflação. De qualquer modo o povo sente a carestia da vida. Isso não contribuirá para que muitas camadas sociais se lembrem com saudade do tempo de Perón, quando a vida era mais barata?

O presidente:

— «Meu governo está decidido a combater a inflação, mas não deseja que as classes mais pobres da população paguem a política de austeridade. Também não voltará ao vício antigo de conceder aumentos de salários imensos e demagógicos que agravavam a espiral inflacionária e só serviam para iludir os trabalhadores. Certamente o custo de vida aumentou em relação aos salários. E' preciso notar, entretanto, que esses sa-

lários foram fixados em março de 1954; até o fim da ditadura o custo de vida havia aumentado em cerca de 25 por cento em relação àquela data. De setembro para cá o aumento das mercadorias vitais, disso que constitui a chamada «cesta do trabalhador», foi de 10 por cento. Há a considerar que ao se iniciar o novo regime cambial o dólar no mercado livre se cotou a cerca de 42 pesos, e hoje vale menos de 32 pesos. A circulação de papel moeda, que em 5 de dezembro de 1955 era de 31 859 300 000 pesos, no dia 5 de junho corrente era de menos de 31 bilhões. Agora chegou o momento de reajustar os salários; isso será feito na medida justa, de maneira a manter o mesmo salário real e não provocar a inflação. O aumento nominal dos salários deve ser compensado pelo aumento da produção e pelos lucros das empresas. Não é uma política fácil a que estamos fazendo para salvar a Nação da vertigem inflacionária; mas estamos firmemente dispostos a executá-la, e a fazer com que os maiores sacrifícios recaiam sobre as camadas sociais que melhor podem suportá-los. Estou certo de que o povo nos compreenderá».

INTEMCAMBIO COM O BRASIL

O fim da palestra é sobre o intercâmbio comercial argentino-brasileiro, muito entorpecido ultimamente por vários motivos, principalmente a reforma cambial da Argentina.

O presidente Aramburu declara:

— «Morei no Brasil e tenho pelo seu país a mais sincera e profunda simpatia. Mas mesmo não levando em conta os laços de amizade entre os dois países, a verdade é esta: nossas economias são complementares em grande parte, e é do máximo interesse mútuo ampliar o mais possível o intercâmbio de mercadorias.

Sei que a situação desse intercâmbio no momento é má, e isso me preocupa. Pode dizer que meu governo está sinceramente empenhado em estudar com urgência a melhor maneira de superar todas as dificuldades que se apresentam».

PERÓN E O PETRÓLEO

O repórter: — Presidente, devo lhe dizer que passei a última noite lendo o livro do general Perón, «A força é o direito das feras», que um amigo me emprestou ontem...

O presidente, atalhando: — «O senhor é mesmo muito curioso, como convém à sua profissão. Tenho o livro há vários dias e ainda não me dei ao trabalho de lê-lo».

O repórter: — Bem, nesse livro o general Perón diz que...

Enquanto o repórter procura uma nota que tomou, o sr. Lanus observa que há muita gente na outra sala esperando para falar ao presidente. Mas o presidente não demonstra impaciência.

— ... que chamou uma companhia americana para explorar petróleo porque a organização do Estado, a YPF, no seu entender, não tem «capacidade organizativa, nem capacidade técnica nem capacidade financeira» para produzir o suficiente para o consumo do país.

O presidente responde com firmeza:

— «Não pretendemos que a YPF produza em um futuro próximo para atender a todas as necessidades do consumo, que são grandes e crescem com muita rapidez. O que esperamos é poder dotar a YPF de meios para produzir muito mais do que hoje. O plano estabelecido por este governo e que certamente será continuado pelo que o suceder, é elevar a produção atual, de 4 milhões de metros cúbicos, para 10 ou 12 milhões em 1960 — quando o consumo do país que hoje é de cerca de 10 milhões de metros cúbicos, deverá ser de 16 milhões, aproximadamente. A Argentina tem reservas imensas de petróleo, e

80